

Haddad: gasoduto de Vaca Muerta não vai precisar de financiamento

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem (30) em São Paulo que as obras do gasoduto de Vaca Muerta, na Argentina, não deverão precisar de financiamento do BNDES.

“Acho que em alguns casos específicos, como é o caso do potássio e como é o caso do gás argentino, (faz sentido) a gente pensar em parcerias que somem pelos dois países sem criar nenhum tipo de conflito, até porque são projetos sustentáveis do ponto de vista econômico e que eventualmente nem devem precisar de financiamento público. Acho que Vaca Muerta mesmo é um projeto que talvez dispense esse tipo de financiamento”, disse o ministro, que participou de uma reunião com diretores

da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp).

Haddad diz já ter conversado com o setor químico e assim concluído que não deverá faltar demanda para o gás argentino. “Com a queda da produção de gás da Bolívia, não vai faltar demanda de gás no Brasil, mesmo que a gente não desperdice mais o gás do pré-sal”, disse o ministro.

A construção do gasoduto entre as reservas de gás xisto (shale) da reserva de Vaca Muerta até o Brasil foi tema de discussão entre o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o presidente da Argentina, Alberto Fernández, em encontro ocorrido este mês em Buenos Aires. Após o encontro, Lula comentou sobre a possibilidade do BNDES financiar obras desse projeto. “De vez em quando

no Brasil somos criticados por pura ignorância, pessoas que acham que não pode haver financiamento de engenharia para outros países. Acho que não só se pode como é necessário o Brasil ajudar todos os seus parceiros. E é isso que vamos fazer dentro das possibilidades econômicas do nosso país. O BNDES é muito grande”, disse o presidente, na ocasião, ressaltando, no entanto, que acredita no interesse de empresários brasileiros por essa obra. “Se há interesse dos empresários, do governo e temos um banco de desenvolvimento para isso, eu quero dizer que vamos criar as condições para fazer o financiamento que a gente tiver que fazer para ajudar ao gasoduto argentino”.

Elaine Patricia Cruz/ABR



Economia



Setor público registra superávit primário de R\$ 126 bilhões em 2022

Página - 03

Mercado financeiro eleva projeção da inflação de 5,48% para 5,74%

Página - 03



MEI: contribuição mensal vai subir em fevereiro; veja novos valores

Página - 05

Distribuidora de bebidas foi a Ideia de Negócios mais procurada em 2022

Página - 05



Política

Governo Lula nomeia 121 novos militares para o GSI em meio à crise de confiança

Página - 04

Flávio Dino denuncia à polícia ataque bolsonarista em seu prédio no DF

Página - 04

No Mundo

Israel pode estar por trás de ataque de drone contra fábrica iraniana, diz EUA



Israel parece estar por trás de um ataque de drone durante a noite contra uma fábrica militar no Irã, disse uma autoridade dos EUA no domingo (29).

O Irã alegou ter interceptado drones que atingiram um alvo da indústria militar perto da cidade central de Isfahan e disse que não houve vítimas ou danos graves.

A extensão dos danos não pôde ser determinada de forma independente. A mídia estatal iraniana divulgou imagens mostrando um flash no céu e veículos de emergência no local.

Um porta-voz do exército israelense se recusou a comentar. Israel disse há muito tempo que está disposto a atacar alvos iranianos se a diplomacia falhar em conter os programas nuclear ou de mísseis de Teerã, mas tem uma política de não comentar sobre incidentes específicos.

O porta-voz do Pentágono, brigadeiro-general Patrick Ryder, disse que nenhuma força militar dos EUA esteve envolvida em ataques no Irã, mas se recusou a fazer mais comentários.

Uma autoridade dos EUA, falando sob condição de anonimato, disse à Reuters

que parece que Israel estava envolvido no ataque. Vários outros funcionários dos EUA se recusaram a comentar, além de dizerem que Washington não desempenhou nenhum papel no episódio.

Teerã não atribuiu formalmente a culpa pelo que o ministro das Relações Exteriores, Hossein Amirabdollahian, chamou de ataque “covarde” com o objetivo de criar “insegurança” no Irã. Mas a TV estatal transmitiu comentários de um legislador, Hossein Mirzaie, dizendo que havia “forte especulação” de que Israel estava por trás do ataque. CNN

Presidente peruana pede que Congresso antecipe eleições em meio a protestos e mortes

A presidente do Peru, Dina Boluarte, pediu no domingo (29) aos parlamentares que reconsiderem a proposta de antecipar as eleições para o final deste ano, e prometeu que vai propor uma reforma constitucional para mudar as eleições gerais para outubro se os parlamentares não o fizerem.

Os parlamentares continuariam o debate nesta segunda-feira (30), depois de rejeitar uma moção na semana passada que abria as portas para a realização de eleições este ano.

A votação de sexta-feira (27) consternou a presidente, que está sob cada vez mais pressão à medida que os protestos em todo o país pedem sua renúncia.

Em discurso à nação, Boluarte também disse que se

o Congresso não reconsiderar a proposta de promover eleições, ela apresentará um projeto de lei para incumbir o próximo Congresso eleito de supervisionar uma “reforma total” da Constituição do Peru, que data de 1993.

A Constituição reformada seria submetida a um referendo, afirmou Boluarte.

A insatisfação popular aumentou depois que um manifestante morreu em Lima na noite de sábado, a primeira vítima na capital do país desde o início dos protestos em dezembro.

O número total de mortos nos protestos que tomaram o país todo chega a 58, de acordo com o ouvidor do Peru, que no domingo emitiu um comunicado pedindo que as autoridades acabem com a violência. CNN



Atentado suicida mata ao menos 32 em mesquita no Paquistão; alvo era polícia



Um atentado suicida em uma mesquita lotada em Peshawar, no Paquistão, matou ao menos 32 pessoas, nesta segunda-feira (30), o mais recente ataque contra a polícia nesta cidade do noroeste do país – onde militantes islâmicos continuam ativos.

Funcionários do hospital disseram que pelo menos 147 pessoas ficaram feridas, muitas delas em estado crítico.

O primeiro-ministro paquistanês Shebaz Sharif chamou a explosão de um ataque suicida. Havia pelo menos 260 pessoas na mesquita, acrescentou o policial Sikan-dar Khan.

Ninguém reivindicou a responsabilidade pelo atentado, que destruiu a mesquita durante as orações do meio-dia, causando o desabamento de uma parede em cima dos fiéis.

O edifício está localizado dentro de um complexo altamente fortificado que inclui o quartel-general da polícia provincial e um departamento antiterrorista.

“Estamos percebendo que o terrorista estava na primeira fila”, disse o ministro da Defesa, Khawaja Asif, à Geo TV.

Imagens da emissora governamental PTV mostraram policiais e moradores lutando

para remover os destroços do local da explosão e carregando feridos nos ombros.

O ataque foi o pior na cidade desde março do ano passado, quando um atentado suicida em uma mesquita muçulmana xiita durante as orações de sexta-feira matou pelo menos 58 pessoas e feriu quase 200.

Militantes do Estado Islâmico assumiram a responsabilidade pelo atentado.

Peshawar, que fica na periferia dos distritos tribais do Paquistão na fronteira com o Afeganistão, é frequentemente alvo de grupos militantes, incluindo o Talibã paquistanês. CNN

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Setor público registra superávit primário de R\$ 126 bilhões em 2022



As contas do setor público consolidado, formado por governo federal, estados, municípios e empresas estatais, registraram superávit primário de R\$ 126 bilhões em 2022. As informações, divulgadas ontem (30) pelo Banco Central (BC), mostram que, em dezembro, o setor público consolidado teve déficit primário de R\$11,8 bilhões, ante superávit de R\$123 milhões em dezembro de 2021.

No mês, o Governo Central e as empresas estatais foram superavitários em R\$ 6,2 bilhões e R\$ 637 milhões, respectivamente, enquanto os governos regionais tiveram déficit de R\$18,6 bilhões.

O resultado primário é formado pelas receitas menos as despesas, sem considerar o pagamento de juros da dívida pública. Assim, quando as receitas superam as despesas, há superávit primário.

Segundo o relatório de Estatísticas Fiscais do BC, em 2022, os juros nominais do setor público consolidado, apropriados pelo critério de competência, alcançaram R\$ 586,4 bilhões, o que representa 5,96% do Produto Interno Bruto (PIB), ante R\$ 448,4 bilhões (5,04% do PIB) em 2021. Em dezembro, os juros nominais ficaram em R\$ 59 bilhões, comparativamente a R\$ 54,4 bilhões em dezembro de 2021.

O resultado nominal do

setor público consolidado, formado pelo resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$ 460,4 bilhões (4,68% do PIB) em 2022, ante R\$ 383,7 bilhões (4,31% do PIB) em 2021. Em dezembro, o déficit nominal atingiu R\$ 70,8 bilhões, comparativamente a R\$ 54,2 bilhões em dezembro do ano anterior.

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), que corresponde ao balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais, fechou em 2022 em R\$ 5,7 trilhões, o que corresponde a 57,5% do PIB, com elevação de 1,7 ponto percentual.

Luciano Nascimento/ABR

Mercado financeiro eleva projeção da inflação de 5,48% para 5,74%



A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerada a inflação oficial do país, subiu de 5,48% para 5,74% para este ano.

A estimativa consta do Boletim Focus de ontem (30), pesquisa divulgada semanalmente pelo BC, em Brasília, com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos. Para 2024, a projeção da inflação ficou em 3,9%. Para 2025 e 2026, as estimativas são de inflação em 3,5%, para ambos os anos.

A previsão para 2023 está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida

Viagens corporativas recuperam faturamento mesmo com menos passageiros

O segmento de viagens corporativas recuperou o nível de faturamento pré-pandemia, embora esteja levando 20% menos passageiros do que antes, apontam dados da Abracorp.

A entidade, que reúne as empresas do setor, aponta que o segmento de viagens a trabalho movimentou R\$ 1.06 bilhão em novembro de 2022, ante R\$ 967 milhões no mesmo mês de 2019.

No acumulado de janeiro a novembro de 2022, o faturamento somou R\$ 10,2 bilhões. O valor foi quase o triplo de 2021, quando os ganhos ficaram em R\$ 3,8 bilhões. Cerca de dois terços desta receita vem de bilhetes aéreos.

O setor, no entanto, tem levado menos passageiros: em novembro de 2022, foram emitidos 20% a menos de bilhetes aéreos para viagens corporativas do que no mesmo mês de 2019. Assim, a recuperação do faturamento ocorreu porque as viagens estão custando mais caro do que antes, especialmente as passagens de avião.

Em 2022, estes bilhetes tiveram alta de 23,53% ao longo do ano, segundo dados do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), enquanto a taxa de inflação total teve alta de 5,79%. A alta do preço dos combustíveis é tida como a principal razão dessa alta.

Rafael Balago/Folhapress



pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3,25% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 1,75% e o superior de 4,75%.

Da mesma forma, a projeção do mercado para a inflação de 2024 também está acima do centro da meta prevista, que é de 3%, também com os intervalos de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Em carta ao Ministério da Fazenda, o Banco Central explicou que a inflação só ficará dentro da meta a partir de 2024, quando deverá se situar em 3%, e em 2025 (2,8%). Para esses dois anos, o CMN estabelece uma meta de 3% para o IPCA.

Em janeiro, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), que é a prévia da inflação, teve aumento de 0,55%, segundo o IBGE.

Em 2022, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, fechou com uma taxa de 5,79% acumulada no ano. A meta estava em 3,5%, com a mesma margem de tolerância, e podia variar entre 2% e 5%.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 13,75% ao ano pelo Copom. A taxa está no maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava nesse patamar.

Andreia Verdélio/ABR

Política

Governo Lula nomeia 121 novos militares para o GSI em meio à crise de confiança



O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nomeou nesta segunda-feira (30) 121 militares para o Gabinete de Segurança Institucional, revertendo a série de dispensas no órgão que se seguiram aos atos golpistas de 8 de janeiro. Ou seja, na prática, o governo Lula indica que vai realizar uma substituição dos militares que atuaram no GSI durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e não propriamente uma desmilitarização do órgão, como chegou a ser cogitado.

Além dessas trocas, houve a nomeação de um tenente da Aeronáutica para a Secre-

taria Extraordinária de Segurança Imediata do presidente da República, em seu gabinete pessoal. E outros dois militares foram dispensados dessa mesma secretaria.

As designações dos 122 militares foram publicadas nesta segunda-feira (30) no Diário Oficial da União.

O governo Lula havia iniciado uma série de dispensas de militares que atuavam dentro do Palácio do Planalto, incluindo a presidência, a vice-presidência e o próprio GSI.

Essas ações foram intensificadas após a manifestação golpista, na qual os apoiadores de Jair Bolsonaro avançaram contra as forças de segurança e invadiram e van-

dalizaram o Planalto, o Congresso Nacional e o STF.

Em apenas uma semana, foram 84 militares dispensados de seus cargos no Planalto, a maior parte no GSI. Lula também trocou o número 2 do órgão. Foi exonerado do cargo o general bolsonarista Carlos José Russo Assumpção Penteado, que era considerado homem de confiança do ex-chefe do GSI no governo Jair Bolsonaro (PL), o general Augusto Heleno.

Em seu lugar, assumiu a secretaria-executiva do GSI o general Ricardo José Nigri, que já foi oficial de gabinete do ex-comandante do Exército Eduardo Villas Bôas.

Renato Machado/Folhapress

Flávio Dino denuncia à polícia ataque bolsonarista em seu prédio no DF

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, abriu boletim de ocorrência após ser atacado verbalmente por um bolsonarista no prédio em que mora, em Brasília.

À reportagem, Dino confirmou que acionou a polícia após um vizinho afirmar que ele não tinha o “direito” de morar no mesmo prédio que ele e o chamar de “ladrão”.

Além do ministro, seus seguranças também foram hostilizados ao serem chamados de “cachorros do Dino”.

O caso foi registrado como desacato na 3ª Delegacia de Polícia, no Cruzeiro. O agressor deve assinar um

Termo Circunstanciado e não ficará detido.

Desde que assumiu o comando do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino se tornou alvo de ataques da extrema direita, que se intensificaram após os atos de terrorismo praticados por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em 8 de janeiro.

Dias depois das cenas de vandalismo em Brasília, o coronel do Exército José Plácido Matias dos Santos, que foi assessor no GSI (Gabinete de Segurança Institucional) na gestão anterior, ameaçou publicamente Dino em postagem na internet.

Tiago Minervino/Folhapress



Fiesp diz a Haddad que imposto menor para a indústria ajuda a aprovar reforma



O ministro Fernando Haddad, da Fazenda, ouviu na manhã desta segunda-feira (30) na Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) um pedido de que a reforma tributária que o governo quer aprovar neste ano tenha tributação menor sobre a indústria de transformação.

“Aplaudimos a neutralidade da reforma, mas, se o senhor abrir mão um pouco em um primeiro momento, abrir mão da arrecadação na indústria de transformação, o senhor vai ganhar logo na frente”, disse Josué Gomes, presidente da federação paulista.

“A gente tem que reconhecer isso. A reforma tribu-

tária não foi ainda aprovada porque dentro do próprio setor privado não há tanto consenso sobre ela”, afirmou.

“Para conseguir uma reforma coesa, não tenho dúvidas de que, se o senhor pensar um pouco e decidir baixar as alíquotas da indústria de transformação, o senhor poderá obter sucesso e a indústria vai trazer em dobro qualquer potencial perda inicial de arrecadação.”

Josué também apresentou ao ministro duas sugestões que, segundo ele, podem ser adotadas imediatamente enquanto se discute, no Congresso Nacional, a reforma tributária.

A primeira refere-se à depreciação dos investimentos feitos na indústria de trans-

formação que, segundo ele, geraria mudança no fluxo de caixa do governo, mas não de arrecadação. A segunda é atacar o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Há alguns dias, também na Fiesp, o vice-presidente Geraldo Alckmin, que é também titular do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, disse que a meta do governo é acabar com o IPI.

A possibilidade de revogação do corte de 35% do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) colocou setores da indústria e do setor de serviços em alerta, uma vez que isso chegou a ser colocado no pacote fiscal anunciado pela Fazenda.

Fernanda Brigatti/Folhapress

Pequenas & Médias Empresas

Distribuidora de bebidas foi a Ideia de Negócios mais procurada em 2022



O início de um novo ano traz com ele as resoluções a serem cumpridas e montar o próprio negócio é meta para muitas pessoas. Não por acaso, nos meses de janeiro e fevereiro, o país registra o maior número de abertura de empresas. De olho nesse movimento, o Sebrae realizou um estudo sobre as Ideias de Negócios mais pesquisadas pelo público em 2022. De acordo com o levantamento, distribuidora de bebidas foi o tipos de negócio mais procurado, seguido de loja de animais ou pet shop, corretora de imóveis, escritório de consultoria e papelaria.

O setor de alimentos e bebidas que, normalmente está sempre aquecido, seja dentro ou fora do lar, integrou aos seus tipos de negócios as distribuidoras de bebidas. De norte a sul do país, a configuração

costuma ser a mesma: um espaço com freezers e uma variedade de bebidas, alcoólicas ou não, prontas para consumo imediato.

A tendência relativamente nova se fortaleceu com a pandemia e consolidou-se com a sede por bebidas geladas do brasileiro. “Somos um país tropical e latino. O clima quente, o costume de ter muitas festas e celebrações são um dos fatores que explicam por que as distribuidoras de bebidas deram tão certo”, explica o analista de competitividade do Sebrae, Vicente Scalia.

A questão do empreendedorismo por necessidade também é um dos motivos que justificam a procura por esse tipo de negócio, segundo Scalia. Com o aumento do número de pessoas desempregadas, a opção por abrir uma distribuidora é uma alternativa, por envolver bai-

xos custos. “Há muitas que funcionam dentro do próprio imóvel onde a família mora”, comenta o analista, ao lembrar que é necessário estar atento a algumas dicas para ter sucesso na administração de uma distribuidora. Confira:

Alcoólicas ou não, com ou sem gás, sucos, chás, refrigerantes de sabores variados, o cliente precisa encontrar o que procura e ter opções para experimentar algo novo. Invista em opções de alimentos práticos, para consumo imediato como snacks, salgadinhos, salames, entre outros. Já há distribuidoras que vendem lanches e opções de carne a vácuo para churrasco.

Escolha um ponto com maior circulação de pessoas, de fácil acesso ou que esteja próximo a algum local de grande concentração de pessoas como clubes, parques e condomínios.

Agência Sebrae

MEI: contribuição mensal vai subir em fevereiro; veja novos valores

O novo valor da contribuição varia de R\$ 66,10 a R\$ 71,10, dependendo da atividade que o microempreendedor individual exerce. Veja os novos valores:

Comércio e Indústria: R\$ 66,10 (R\$ 65,10 de INSS + R\$ 1 de ICMS).

Serviços: R\$ 70,10 (R\$ 65,10 de INSS + R\$ 5 de ISS).

Comércio e Serviços: R\$ 71,10 (R\$ 65,10 de INSS + R\$ 6 de ICMS e ISS).

MEI Caminhoneiro: R\$ 162,24 (R\$ 156,24 de INSS + R\$ 6 de ICMS e ISS).

Entenda o reajuste

O valor de contribuição acompanha o salário mínimo, que subiu de R\$ 1.212 para R\$ 1.302 neste ano.

A contribuição mensal será calculada automaticamente no momento da emissão do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

O documento vence todo dia 20 de cada mês. O novo valor começa a valer a partir de janeiro de 2023, com vencimento no dia 20 de fevereiro.

Limite de faturamento anual

Uma mudança que ainda não está confirmada, porém a mais aguardada pelos MEIs, é a do aumento no limite de faturamento anual. Tramita no Congresso um projeto que atualiza o teto de faturamento de MEIs e pequenas empresas.

O limite iria de R\$ 81 mil para R\$ 144 mil anuais. O texto também sugere a correção anual desses valores de acordo com a inflação.

O projeto já foi aprovado no Senado e na CCJ da Câmara. O próximo passo deverá ser o plenário da casa.

No dia 21 de dezembro, foi apresentado um requerimento de urgência na tramitação.

A proposta também amplia de um para dois o número de funcionários que um MEI pode ter legalmente.

Uol

Empreendedores iniciais mais velhos priorizam o segmento de alimentação e jovens optam pelo setor da beleza

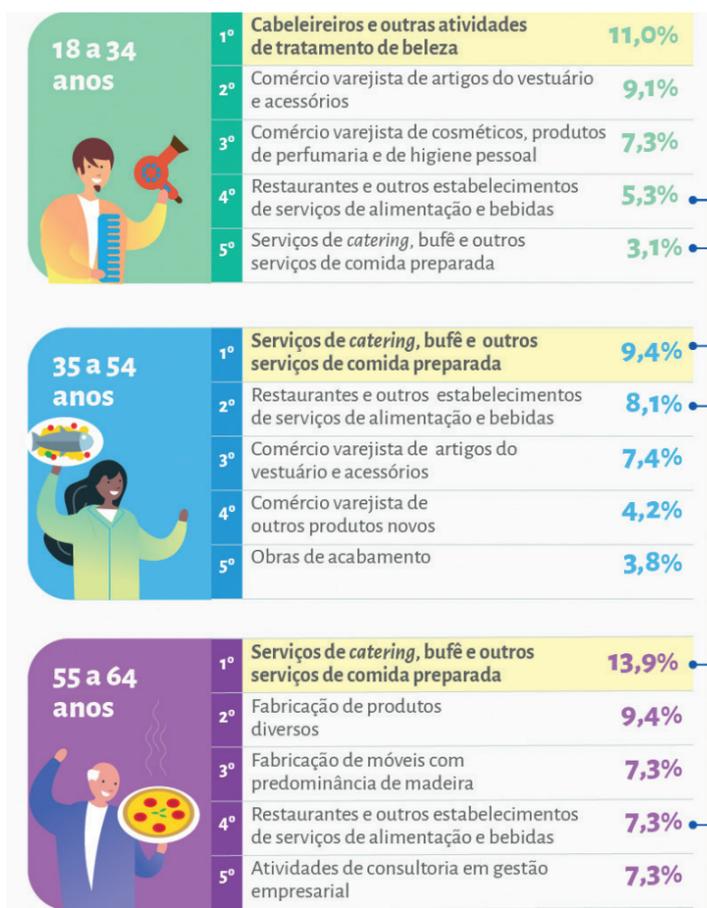
A faixa etária dos empreendedores iniciais (com menos de 3,5 anos de operação) influencia na escolha do setor de atividade em que o novo negócio se estabelece. De acordo com a pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM), que no Brasil tem o apoio do Sebrae, os empreendedores com esse perfil e idade mais avançada estavam mais relacionados (em 2021) à alimentação, ao atuarem nos serviços de catering, bufê e outros de comida preparada, como os restaurantes e demais estabelecimentos de alimentação e bebidas. De acordo com a pesquisa, 21,2% do público sênior e 17,5% entre os que estavam na faixa etária intermediária aderiram a esse segmento. Entre os jovens, o percentual foi significativamente menor, de 8,4%. Ainda segundo a pesquisa GEM, entre 18 e 34 anos a predominância foi pela atividade de cabeleireiro e tratamento de beleza (com 11%), que apareceu também entre os que possuíam de 35 a 54 anos, mas com uma proporção menor (3,6%), e não

apareceu entre as atividades com maior número de empreendedores.

A pesquisa aponta ainda que os empreendedores iniciais com idade entre 18 e 34 anos e de 35 a 54 anos estiveram envolvidos com atividades mais diversificadas. Cerca de 50% do total, em cada um desses grupos, estava distribuído em 11 atividades distintas, ao contrário dos que possuíam de 55 a 64 anos, que correspondiam a apenas seis atividades.

O comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios foi citado principalmente entre os jovens (9,1%) e os da faixa etária intermediária (7,4%), não tendo representatividade entre as atividades mais comuns entre os seniores. Já a manutenção e reparação de veículos automotores, apareceu nas três faixas etárias com percentuais próximos, variando de 2% a 5%. As atividades de fabricação de móveis com predominância de madeira e de consultoria em gestão empresarial foram mencionadas somente no grupo dos seniores, ambas com 7,3%.

Agência Sebrae



Finanças

Números do mercado financeiro

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC -

R\$ 5,0953 / R\$ 5,0959 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,1130 / R\$ 5,1150 *

Turismo - R\$ 5,2200 /

R\$ 5,3190

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado

no dia: +0,03%

OURO BM&F

R\$ 310,02

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -0.04%

Pontos: 112273

Volume financeiro:

R\$ 20,823 bilhões

Maiores altas: AREZZO

ON NM (6,36%),

NATURA NM (5,49%),

PETZ ON NM (4,46%)

Maiores baixas: CVC

ON NM (-14,40%),

RAIZEN PN N2 (-4,97%),

CIELO ON NM (-4,78%)

S&P 500 (Nova York):

-1,30%

Dow Jones (Nova York):

-0,77%

Nasdaq (Nova York):

-1,96%

CAC 40 (Paris): -0,21%

Dax 30 (Frankfurt):

-0,16%

Financial 100 (Londres):

0,25%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,19%

Hang Seng (Hong Kong):

-2,73%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,47%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): 0,14%

Merval (Buenos

Aires): -3,31 %

IPC (México): -0,61%

Ibovespa cai 0,04%, aos 112,2 mil pontos, com cautela pré-Fed



O Ibovespa teve um dia de leves variações, oscilando menos de 900 pontos entre a mínima e a máxima da sessão até perto da hora final dos negócios, em que conseguia preservar a marca de 112 mil pontos, apesar do dia majoritariamente negativo no exterior com a expectativa para a decisão de política monetária desta quarta-feira, 1º, nos Estados Unidos, em semana de deliberação sobre juros também no Brasil. O giro financeiro na B3 se manteve limitado a R\$ 25,1 bilhões nesta segunda-feira.

Na B3, o índice ensaiou leve alta no meio da tarde, mas ao fim cedeu 0,04%, aos 112.273,01 pontos, entre piso de 111.823,63 às 16h53, acompanhando então a piora dos índices de Nova York, e pico de 112.920,30 mais cedo na sessão, em que emendou a terceira perda. No mês, sobe 2,31%, faltando apenas amanhã para o encerramento de janeiro. Se o desempenho positivo se confirmar na conclusão desta terça-feira, será o primeiro ganho para o Ibovespa desde outubro, vindo de perdas de 2,45% em dezembro e de 3,06% em novembro.

Apesar do desempenho negativo do petróleo nesta segunda-feira – pressionado

pela apreciação do dólar -, as ações da Petrobras se firmaram em alta à tarde, mas perderam fôlego em direção ao fechamento (ON +0,31%, PN +0,51%), dando algum suporte ao índice. A sessão era majoritariamente ruim para os grandes bancos até bem perto do fechamento, quando o segmento deu guinada para cima à exceção de Santander (-0,45%). O dia foi de recuo para Vale, amenizado perto do fim da sessão (ON -0,36%). As siderúrgicas tiveram fechamento em geral positivo (CSN ON +0,55%, Gerdau PN +0,46%).

“O mercado está ainda bem preocupado de que Americanas respingue nos balanços dos bancos, além de acompanhar de perto a formação da diretoria da Petrobras e de como poderá afetar a política de preços (da estatal)”, diz Gabriel Meira, sócio da Valor Investimentos. A temporada de balanços de bancos brasileiros começa na próxima quinta-feira, pelos números do Santander. E para o conselho da Petrobras, apurou o Broadcast, devem ser indicados nomes ligados à academia, além de especialistas tarimbados no setor e empresários com bom trânsito no governo.

IstoÉDinheiro

Em pregão morno e de baixa liquidez, dólar fecha a R\$ 5,1150 (+0,06%)

O mercado de câmbio doméstico trabalhou em marcha lenta na sessão desta segunda-feira, 30, abertura da semana marcada pela chamada “super quarta” (1º de fevereiro), com decisão de política monetária aqui e nos Estados Unidos. Com oscilação de apenas cerca de cinco centavos entre a mínima (R\$ 5,0842) e a máxima (R\$ 5,1341), o dólar à vista encerrou o pregão cotado a R\$ 5,1150, em alta de 0,06%, após ter caído 1,84% na semana passada.

Operadores atribuíram as mínimas, pela manhã, à entrada pontual de fluxo comercial e financeiro. Já as máximas, ao longo da tarde, se deram em sintonia com o comportamento global da moeda americana, que se valorizou tanto em relação a pares fortes quanto ante divisas emergentes. Principal termômetro do apetite por negócios, o contrato de dólar futuro para fevereiro girou menos de US\$ 10 bilhões.

Falas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre política fiscal e monetária no início da tarde foram monitoradas e, embora tenham provocado certo ruído no mercado de juros futuros, não tiveram papel relevante na formação da taxa de câmbio.

Pela manhã, investidores assimilaram nova rodada de deterioração das expectativas de inflação para este ano (de 5,48% para 5,74%) e 2024 (de 3,84% para 3,90%), segundo o Boletim Focus.

“Os dados econômicos e as projeções do Boletim Focus têm vindo piores, mas o mercado está em um marasmo, com poucos negócios, na expectativa pela super quarta”, afirma o gerente de câmbio da Treviso Corretora, Reginaldo Galhardo, para quem o dólar pode até romper o piso de R\$ 5,00 no curto prazo, dada a perspectiva de manutenção de fluxo externo para ativos locais.

Dados da B3 mostram que houve ingresso de R\$ 1,048 bilhão na bolsa doméstica no pregão do dia 26 (quinta-feira), último dado disponível. Em janeiro, os investidores estrangeiros já aportaram R\$ 9,923 bilhões em ações locais.

“Falta um lugar seguro para o estrangeiro alocar e há preferência pelo Brasil. Pode haver uma enxurrada de dólares no curto prazo. Se isso vai perdurar, está nas mãos do Haddad”, acrescenta Galhardo, em referência a dúvidas sobre a política fiscal e a credibilidade da política monetária, em meio a debate a respeito de eventual mudança da meta de inflação. IstoÉDinheiro



Cotação das moedas



Coroa (Suécia) - 0,4938
 Dólar (EUA) - 5,0951
 Franco (Suíça) - 5,5267
 Iene (Japão) - 0,03906
 Libra (Inglaterra) - 6,297
 Peso (Argentina) - 0,02749
 Peso (Chile) - 0,006338

Peso (México) - 0,2707
 Peso (Uruguai) - 0,1303
 Yuan (China) - 0,7512
 Rublo (Rússia) - 0,07359
 Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,5318

Publicidade Legal

Saúde com Mihmo Plataforma de Serviços de Saúde Ltda.

CNPJ nº 35.903.307/0001-87 - NIRE 35.235.794.111

Instrumento Particular de Terceira Alteração da Sociedade Empresaria Limitada

Bruno Martinez Primati, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em São Paulo/SP; e, **Joon Administradora de bens Ltda.**, com sede em São Paulo/SP, CNPJ nº 26.590.263/0001-91, registrada na JUCESP nº 35.230.268.781, representada por seus administradores **Marciano Carlos Rossato de Almeida**, brasileiro, casado, médico, e **Anai Harich Abrarpour**, brasileira, casada, pedagoga, ambos residentes e domiciliados nesta em São Paulo/SP. Na qualidade de únicos sócios da **Saúde com Mihmo Plataforma de Serviços de Saúde Ltda.**, com sede em São Paulo/SP, CNPJ nº 35.903.307/0001-87 e NIRE 35.235.794.111, resolvem por celebrar o presente instrumento particular de terceira alteração de contrato social, para estabelecer o que se segue: (I) A sociedade fica transformada em **Sociedade Anônima**; (II) aprovação da constituição da **Saúde com Mihmo Plataforma de Serviços de Saúde S.A.**, regida pelo estatuto social. (III) Aprovação do estatuto social da companhia, procedeu-se a subscrição e integralização do capital social, que de R\$ 520.396,00, divididos em 520.396 ações ordinárias nominativas, com o valor nominal de R\$ 1,00 cada. (IV) Eleitos: o Sr. **Bruno Martinez Primati**, acima qualificado, para o cargo de Diretor Presidente; Srs. **Marciano Carlos Rossato de Almeida**, acima qualificado, para o cargo de Diretor administrativo, e **Anai Harich Abrarpour**, acima qualificada, para o cargo de Diretor Sem Designação. Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. A remuneração da Diretoria será definida oportunamente. Tendo em vista a alterações, resolvem reformular e consolidar o estatuto social: **Estatuto Social. Capítulo I. Da Denominação, Sede e Duração.** Art. 1º - Ao dia 29/08/2021, fica constituída uma sociedade anônima, **Saúde com Mihmo Plataforma de Serviços de Saúde S.A.**, pela transformação da sociedade limitada denominada **Saúde com Mihmo Plataforma de Serviços de Saúde Ltda.**, que é regida pelo presente Estatuto Social e legislação aplicável. Art. 2º - A sociedade tem sede em SP/SP, na Rua Nova York, nº822, apto. 42, CEP 04560-001, podendo abrir filiais, escritórios ou representações em qualquer localidade do território brasileiro ou do exterior mediante resolução dos acionistas representando a maioria do capital social. Art.3º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Capítulo II. Do Objeto Social.** Art. 4º - A sociedade tem por objeto social a prestação de serviços de assessoria e consultoria na área de saúde, com a coleta e gerenciamento de informações individualizadas por meios eletrônicos. **Capítulo III. Do Capital e Ações.** Art. 5º - O capital social é de R\$ 520.396,00, dividido em 520.396 ações ordinárias nominativas, com o valor nominal de R\$ 1,00 cada. Art. 6º - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da assembleia geral de acionistas. **Capítulo IV. Das Assembleias Gerais.** Art. 7º - As assembleias gerais serão ordinárias e extraordinárias. As assembleias gerais ordinárias serão realizadas nos primeiros quatro meses do ano e as extraordinárias sempre que houver necessidade. Art. 8º - A convocação de qualquer assembleia geral, quer ordinária, quer extraordinária, deverá ser feita mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia, e no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria, observados os demais preceitos previstos no Art. 124 da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações ("Lei 6.404/76") §1º - Independentemente do disposto no "caput" deste Art., será considerada instalada a assembleia geral a que comparecer a totalidade dos acionistas. §2º - Qualquer acionista poderá ser representado por procurador, na forma do Art. 126, parágrafo 1º da Lei 6.404, sendo então considerado presente à reunião. Da mesma forma, serão considerados presentes se derem seu voto por fax, correio eletrônico ou qualquer outra forma escrita, devendo a via original do voto proferido ser arquivada na sede da sociedade. Art. 9º - As deliberações nas assembleias gerais deverão ser aprovadas por maioria simples das ações com direito a voto, correspondendo cada ação ordinária a um voto. **Capítulo V. Da Administração da Sociedade.** Art. 10º - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, aos quais competirá exercer as funções e atribuições fixadas no Estatuto, observado o disposto neste Estatuto, no Acordo de Acionistas e na Lei 6.404/76. §único - A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos Administradores, que será distribuída de acordo com disposto no art. 14, inciso (i), deste Estatuto. Art. 11º - O Conselho de Administração será composto por 3 membros, acionistas da Companhia ou não, eleitos pela Assembleia Geral e, por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição, nos termos do Acordo de Sócios. §1º - Os membros do Conselho de Administração tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio. Art. 12º - O Conselho de Administração terá um Presidente que será eleito, anualmente, pela maioria de votos de seus membros, sendo a primeira eleição realizada imediatamente após a posse destes. §1º - Em caso de destituição, renúncia, substituição, impedimento permanente, ou qualquer outro evento que resulte na vacância definitiva do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia, aquele Acionista que tiver apontado tal conselheiro de administração terá o direito de indicar o respectivo substituto, obrigando-se cada um dos Acionistas a exercer seu direito de voto de forma a eleger o substituto indicado pelo Acionista que houver indicado o conselheiro substituído, nos termos previstos do Acordo de Acionistas e no Estatuto Social. Art. 13º - O Presidente do Conselho será eleito pela Assembleia Geral, e a este caberá: a) Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração e Assembleias Gerais; b) Coordenar as atividades do Conselho de Administração; c) Proferir o voto de qualidade, além do seu, em caso de empate nas deliberações; e d) Convocar reuniões da Diretoria e do Conselho Fiscal, se existente, quando considerado oportuno pelo Conselho de Administração. Art. 14º - O Conselho de Administração da Companhia deverá se reunir, preferencialmente, a cada 3 meses e, extraordinariamente, sempre que requerido por qualquer membro do Conselho de Administração, na forma prevista neste Estatuto e no Acordo de Sócios. §1º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 3 dias de antecedência, sendo que junto da convocação, deverão ser enviadas cópias de todos os documentos e propostas relacionadas aos temas constantes da ordem do dia. As formalidades de convocação poderão ser dispensadas quando houver a presença da unanimidade dos Conselheiros. §2º - As reuniões do Conselho de Administração da Companhia serão realizadas preferencialmente na sede da Companhia, e serão secretariadas por quem for indicado pelo Presidente da reunião. §3º - Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião, atestada a presença pelo Presidente da referida reunião em ata. Os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho deverão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de correio eletrônico que identifique de forma inequívoca o remetente, o qual deverá ser confirmado, por escrito, no prazo de até 3 dias. Art. 15º - A remuneração dos membros do Conselho de Administração, quando aprovada pela Assembleia Geral, deverá observar valores razoáveis praticados no mercado. Art. 16º - As reuniões do Conselho de Administração serão validamente instaladas: a) Em 1ª convocação, com a presença da maioria de seus membros; e b) Em 2ª convocação, com qualquer número, sendo que a reunião em 2ª convocação deverá ser instalada em, no mínimo, 48 horas dohorário marcado para a reunião em 1ª convocação. §1º - Nas reuniões do Conselho de Administração: a) Um Conselheiro poderá ser representado por outro Conselheiro, bastando, para tanto, a apresentação de autorização por escrito do Conselheiro ausente, de forma escrita, por e-mail ou outro meio eletrônico, anteriormente à realização da reunião; e b) Serão válidos os votos proferidos pelo Conselheiro que estiver ausente à reunião, e que forem feitos por e-mail, telefone ou qualquer meio eletrônico reconhecido e factível de comprovação. §2º - Deliberações em reunião de Conselho de Administração serão aprovadas mediante o voto da maioria dos membros presentes à reunião, salvo se outro quórum for expressamente previsto no Acordo e no Estatuto Social. Art. 17º - Os Conselheiros deverão realizar anualmente, no prazo de até 60 dias antes do fim de cada exercício social, RCA para definição de planejamento estratégico da Companhia, com o objetivo de estabelecer os planos estratégicos e táticos da Companhia para o exercício social seguinte, além da aprovação do Orçamento Anual da Companhia, que deverão ser submetidos à aprovação da Assembleia Geral. §único. Os Diretores da Companhia deverão participar da reunião a que se refere o caput deste Art., a fim de contribuir com as discussões dos Conselheiros, quando permitido pelos Conselheiros, não possuindo, contudo, direito a voto na referida Reunião. Art. 18º - Além das deliberações sobre as matérias elencadas no Art. 142 da Lei 6.404/76, as deliberações sobre as seguintes matérias, competirão ao Conselho de Administração: i) destinar, do montante global da remuneração dos administradores fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria; ii) outorgar, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados e prestadores de serviços, assim como aos administradores, empregados e prestadores de serviços de outras sociedades que sejam Controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem Direito de Preferência para os Acionistas; iii) deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando o preço de emissão, forma de subscrição e integralização e outras condições da emissão; iv) autorizar a negociação com ações de sua própria emissão, incluindo, mas não se limitando, à aquisição de ações para permanência em tesouraria, o cancelamento, a recompra, a amortização, o resgate de ações, a realocação em circulação das ações assim adquiridas e/ou a posterior alienação, observadas as disposições legais aplicáveis; v) pagar ou creditar dividendos, juros sobre o capital próprio e deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, observado o disposto no Estatuto Social e na legislação em vigor; vi) aprovar o orçamento anual operacional e o plano de negócios, bem como quaisquer eventuais alterações dos mesmos, sendo certo que, enquanto não for aprovado novo orçamento ou plano, o orçamento ou plano previamente aprovado, atualizado pela variação do IGP-M ou outro índice de base equivalente que venha a substituí-lo, prevalecerá; vii) fixar critérios gerais da política de remuneração, incluindo planos de cargos, salários, remuneração e políticas de benefícios dos administradores e dos empregados, direta ou indiretamente; viii) autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis e fiscais ou de apresentação de relatórios, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que a Companhia ou suas Controladas operam; ix) deliberar sobre a aquisição, a alienação a qualquer título, inclusive conferência ao capital de outra sociedade, transferência ou cessação a qualquer título ou, ainda, oneração do ativo permanente, bem como qualquer investimento a ser realizado, incluindo, mas não se limitando, à constituição de subsidiárias, além do previsto no orçamento anual aprovado; x) aprovar contratos que gerem responsabilidades ou renúncia de direitos, que não estejam previstos no orçamento anual aprovado; xi) aprovar endividamentos, bem como a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "bonds", "commercial papers" ou outros de uso comum no mercado, deliberando, ainda, sobre suas condições de emissão, amortização e resgate, que não estejam previstos no orçamento anual; xii) aprovar transações com as seguintes pessoas: (a) Afiliadas dos Acionistas e Administradores da Companhia e/ou de suas Controladas; (b) os sócios de referidas Afiliadas titulares de participação que garantam 50% mais uma ação do capital social; (c) familiares até o 4º grau dos próprios Acionistas ou Administradores da Companhia; ou (d) todos os sucessores, cessionários e nomeados das entidades e pessoas físicas referidas nos itens (a) a (d) acima; (xiii) deliberar previamente sobre o voto a ser proferido em assembleias gerais ou reuniões de sócios de Controladas da Companhia ou das sociedades nas quais a Companhia seja titular de participação societária, incluindo, mas não se limitando, à indicação dos administradores de referidas sociedades e à determinação da distribuição de resultados das Controladas, de forma que as necessidades de caixa da Companhia, inclusive para pagamento de dividendos aos Acionistas nos termos deste Acordo, seja suprida; e (xiv) resolver os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a legislação em vigor, o Acordo de Acionistas ou o Estatuto Social não confirmam a outro órgão. §1º - O Conselho de Administração, mediante votação de maioria absoluta, pode determinar que as deliberações aprovadas em Reunião sejam levadas à apreciação da Assembleia Geral antes de implementadas. Essa determinação será registrada em ata de RCA. Nesse caso, a deliberação só produzirá efeitos após a deliberação da Assembleia Geral sobre o tema. §2º - O Conselho de Administração deverá se manifestar acerca das seguintes matérias, previamente à sua submissão à Assembleia Geral, no que diz respeito à Companhia, e previamente a Assembleias Gerais ou Reuniões de Sócios das Controladas, no que diz respeito a qualquer uma delas: (i) proposta de aumento ou redução do capital social da Companhia e ou de suas Controladas fora do limite de capital autorizado ou que não esteja previsto em seus respectivos planos de negócios previamente aprovados, emissão de quaisquer valores mobiliários que possam ser convertidos em ações da Companhia e/ou de Controladas, bem como a criação de novas espécies e classes de ações da Companhia e/ou de Controladas; (ii) proposta de alteração do Estatuto Social (ou contrato social no caso de Controladas sob a forma de sociedade limitada); (iii) proposta de liquidação, dissolução e extinção ou cessação do estado de liquidação da Companhia e/ou de qualquer Controlada, ou ainda, de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de falência; (iv) proposta de incorporação da Companhia e/ou de qualquer Controlada em outra, incorporação de outra sociedade pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, incorporação de ações envolvendo a Companhia e/ou qualquer Controlada, sua fusão ou cisão ou quaisquer operações similares; (v) proposta de alteração das regras de distribuição de dividendos; (vi) propostas de bonificação, grupamento ou desdobramento de Ações; e (vii) proposta de registro de oferta pública de ações de emissão da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários. Art. 19º - A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 Diretores, sendo um deles o Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica. Os Diretores da Companhia serão eleitos pelo Conselho de Administração, para mandatos de 1 ano, admitida a reeleição. Art. 20º - A Diretoria será o órgão executivo da Companhia, cabendo-lhe assegurar o seu funcionamento regular, tendo os Diretores, seja o Diretor Presidente individualmente, sejam os demais sempre atuando em conjunto de 2, poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que de acordo com a legislação vigente, com o Estatuto Social ou com o presente Acordo, dependam de prévia aprovação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral. § 1º - Os mandatos serão sempre assinados por dois diretores, dos quais um será obrigatoriamente o Diretor Presidente, e serão outorgados para fins específicos e por prazo determinado, não excedente de 1 ano, salvo os que contemplem os poderes da cláusula ad judicium. Art. 21º - A Diretoria terá um Diretor Presidente, e 1 Diretor cuja designação do cargo e competências serão fixadas pelo Conselho de Administração. Art. 22º - Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer Diretor, este poderá indicar como substituto outro Diretor para servir durante sua ausência ou impedimento. O substituído do Diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, direitos e deveres do Diretor substituído. Em caso de vacância, o Conselho de Administração deverá nomear outro diretor na sua primeira reunião após a vacância, sempre respeitadas as disposições do Acordo de Acionistas e do Estatuto Social. Art. 23º - Nos casos listados a seguir, a Companhia será representada, sempre, por 2 Diretores, atuando em conjunto: a) Cessão onerosa ou gratuita, total ou parcial, de bens e direitos da Companhia; b) Assunção de qualquer tipo de obrigação para a Companhia ou a realização de qualquer tipo de despesa não prevista no orçamento anual da Companhia; e, c) Instituição de qualquer tipo de ônus ou gravame sobre qualquer bem ou direito da Companhia, incluindo, mas não se limitando a penhor, hipoteca, alienação fiduciária, ou usufruto. **Capítulo VI. Conselho Fiscal.** Art. 24º - O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente e será instalado na forma e nos casos previstos em lei. **Capítulo VII. Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados.** Art. 25º - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração da sociedade, o relatório da administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas na Lei, submetendo-os à deliberação da assembleia geral, acompanhados do parecer do conselho fiscal, se em funcionamento. §1º - Da totalidade dos lucros líquidos obtidos, 5% serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição de reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social, e 25% serão obrigatoriamente distribuídos aos acionistas, proporcionalmente à participação de cada um no capital social. §2º - Poderá a assembleia geral, por proposta, destinar parte do lucro líquido para formação de outras reservas previstas em lei. §3º - A sociedade poderá, por deliberação da diretoria, levantar balanço semestral e declarar dividendo à conta de lucro apurado nesse balanço. A sociedade poderá ainda levantar balanços e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital, nos termos do Art. 204 da Lei 6.404. §4º - A diretoria poderá também declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. §5º - Os dividendos serão pagos no prazo de 60 dias da data em que forem declarados, salvo se outro prazo tiver sido expressamente determinado pela assembleia geral. **Capítulo VIII. Da Dissolução, Extinção, Liquidação e Continuidade da Sociedade.** Art. 26º - A sociedade será dissolvida nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação da assembleia geral. Art. 27º - Em caso de liquidação ou dissolução da sociedade, exceto no caso de liquidação judicial, o liquidante será nomeado pela assembleia geral. Nessa hipótese, os haveres da sociedade serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, rateado entre os acionistas de acordo com a participação de cada um deles no capital social, na data da liquidação. **Capítulo IX. Das Disposições Transitórias.** Art. 28º - Fica suspenso o Conselho de Administração até que ocorra deliberação pelos Acionistas da Companhia com a eleição dos Conselheiros nos termos do Estatuto Social, sendo que até a implementação do Conselho de Administração os seus atos de deliberação serão de responsabilidade da Assembleia de Acionistas. **Capítulo X. Legislação Aplicável e Foro.** Art. 29º - Fica eleito o Foro de SP/SP, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste estatuto. Art. 30º - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos de acordo com os dispositivos da Lei 6.404, com todas as suas alterações posteriores. Visto do Advogado: Mariana Felipe do Rosário - Advogada - OAB/SP nº 33.9292. São Paulo, 19/08/2021. JUCESP/NIRE nº 3530058510-1. JUCESP nº 35.982/22-6 em 27/01/22. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Trend Viagens Operadora de Turismo S.A.

CNPJ/ME nº 19.916.590/0001-25 - NIRE 35.3.0050849-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de dezembro de 2022

1. Data, Hora e Local: Aos 30/12/2022, às 10h, na sede da Trend Viagens Operadora de Turismo S.A., Santo André/SP, na Rua da Catequese, nº 227, 8º andar, sala 84, Bairro Jardim, CEP 09090-401. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do art. 6º, §5º, do Estatuto Social, e do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presentes também os peritos (i) Ahmad Abu Islam, CRC nº 1SP259626; (ii) Marcela Furian Carcaioi, brasileira, CRC nº 1SP259626; e (iii) Diogo Rossetto, CRC nº 1SP313388, todos com endereço comercial na Rua Catequese, 227, 11º andar, sala 111, bairro Jardim, Santo André/SP, 09090-400 ("Peritos"). **3. Mesa:** Presidente: Thais Pepinelli Pfeiffer e Secretária: Julia Amadi Soares. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** a única acionista da Companhia, por unanimidade de votos, sem quaisquer reservas ou ressalvas, tomou as seguintes deliberações: (i) aprovar a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das S.A.; (ii) aprovar, depois de examinado, o Protocolo e Justificação de Incorporação da Visual Turismo Ltda. pela Trend Viagens Operadora de Turismo S.A. ("Protocolo e Justificação"), firmado em 30/12/2022, pelos administradores da Visual Turismo Ltda. sociedade limitada, inscrita no CNPJ/ME nº 55.541.841/0001-06, com sede na cidade de Santo André/SP na Rua Catequese, 227, 4º andar, sala 42, Bairro Jardim, CEP 09090-401, com seu ato constitutivo devidamente arquivado na JUCESP sob o NIRE nº35.203.527.100 ("Visual") e da Companhia, o qual estabeleça as justificativas, os termos e condições da incorporação da Visual pela Companhia ("Incorporação"), em conformidade com os artigos 1.116 a 1.118 da Lei nº 10.406/02 ("Código Civil") e dos artigos 224 a 227 da Lei das S.A., o qual constitui Anexo I da presente Ata; (iii) ratificar a nomeação, anteriormente realizada pela administração da Companhia, dos Peritos como responsáveis pela elaboração do laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Visual, com base no balanço patrimonial levantado em 30/11/2022 ("Data Base"), em conformidade com as disposições constantes do artigo 1.117, §2º, do Código Civil e do artigo 227, §1º da Lei das S.A. ("Laudo de Avaliação"); (iv) aprovar, depois de examinado, o Laudo de Avaliação, que concluiu que o valor do patrimônio líquido contábil da Visual, na Data Base, é de R\$ 2.880.405,99 negativos; (v) aprovar a Incorporação, nos termos e condições previstos no Protocolo e Justificação, com a consequente extinção da Visual, passando a Companhia a sucedê-la, a título universal, em todos os bens, direitos, deveres e obrigações, nos termos das disposições aplicáveis do Código Civil e da Lei das S.A. Fica consignado que, em decorrência da Incorporação, as filiais da Visual serão extintas de pleno direito e serão abertas, por deliberação posterior da Diretoria da Companhia, novas filiais nas localidades em que se situam a sede e as filiais da Visual; (vi) aprovar a redução do capital social da Companhia como resultado da Incorporação no valor de R\$ 2.880.405,99, sem alteração na quantidade de ações em que se divide o capital social, mediante versão do patrimônio líquido da Visual para a Trend, conforme apurado no Laudo de Avaliação. O capital social da Companhia passa de R\$ 327.234.695,58 para R\$ 324.354.289,59, dividido em 56.900 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 46.900 ações ordinárias, 5.690 ações preferenciais classe A e 4.310 ações preferenciais classe B, as quais são integralmente detidas pela única sócia da Companhia. Conforme a presente deliberação, o caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: "(vii) 'Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 324.354.289,59, dividido em 56.900 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 46.900 ações ordinárias, 5.690 ações preferenciais classe A e 4.310 ações preferenciais classe B.' (viii) aprovar a alteração do objeto social da Companhia em virtude da Incorporação, para inclusão da atividade de operadora turística constante do objeto social da Visual. Conforme a presente deliberação, o artigo 3º do estatuto social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: 'Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social (i) a participação em outras sociedades, como quotista ou acionista, exercendo o controle sobre as mesmas ou delas participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital; (ii) a intermediação de serviços de viagem e turismo, bem como a promoção do Turismo através de organização de feiras, congressos, exposições, eventos em geral, em conformidade com as normas do Ministério de Turismo - MTUR e do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR; e (iii) a atividade de operadora turística, que organiza e reúne pacotes turísticos e excursões, que podem incluir, mas não se limitando a, transporte, alojamento, alimentação, englobando demais produtos turísticos, como seguro viagem e locação de veículos e receptivo. (ix) aprovar o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de créditos detidos pela CVC em face da Companhia, no valor de R\$ 12.000.000,00, com a emissão de 12.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, correspondente a um preço de emissão de R\$ 1.000,00 por ação, cujo preço de emissão foi fixado de acordo com o artigo 170, §1º, I, da Lei das S.A. Em razão do aumento de capital aprovado, o capital social da Companhia passará de R\$ 324.354.289,59, dividido em 56.900 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 46.900 ações ordinárias, 5.690 ações preferenciais classe A e 4.310 ações preferenciais classe B, para R\$ 336.354.289,59, dividido em 68.900 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 58.900 ações ordinárias, 5.690 ações preferenciais classe A e 4.310 ações preferenciais classe B. A totalidade das ações ora emitidas foram subscritas e integralizadas, neste ato, pela acionista CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A., sociedade por ações, com sede na Rua da Catequese, nº 227, 11º andar, sala 111, bairro Jardim, Santo André/SP, CEP 09090-401, CNPJ/ME nº 10.760.260/0001-19 ('CVC'), conforme assinatura do correspondente Boletim de Subscrição que ficará arquivado na sede da Companhia, constante do Anexo II. Conforme a presente deliberação, o caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: 'Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 336.354.289,59, dividido em 68.900 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 58.900 ações ordinárias, 5.690 ações preferenciais classe A e 4.310 ações preferenciais classe B.' (x) aprovar a consolidação do estatuto social da Companhia, conforme consta do Anexo III a presente Ata; e (xi) autorizar a administração da Sociedade a praticar todos os atos necessários e relacionados à Incorporação ora mencionada, incluindo, sem a total limitar, a assinatura dos documentos necessários à implementação e formalização das aprovações dos itens acima e o arquivamento dos atos societários da Sociedade relativamente à Incorporação. **5. Lavratura e Aprovação da Ata:** Formalidades legais. Santo André, 30/12/2022. Mesa: Thais Pepinelli Pfeiffer - Presidente, Julia Amadi Soares - Secretária. JUCESP nº 44.344/23-5 em 27/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Oxyeau & Co Tecnologia Cosmética Ltda

CNPJ 42.429.435/0001-04 - NIRE 35.237.357.193

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIOS - CONVOCADO

Convocados os Srs Quotistas da Sociedade para reunirem-se em Reunião no dia 08/02/2023 às 14h00, no Av. Dr. Churci Zaidan nº 1.550 - cj. 1912, São Paulo - SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) Pedido de retirada da Sociedade feito pela Sócia Allma Participações Ltda; e (b) Apropriação de haveres da Sócia retirante, Allma. São Paulo, 26 de janeiro de 2023. Oxyeau & Co. Tecnologia Cosmética Ltda Representada por Cape To Cape - Consulting and Services, LDA. (27, 28 e 31/01/2023)

Rhodia Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 57.507.626/0001-06 - NIRE 35.300.019.385

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de dezembro de 2022

1. Local, Data e Hora: 30/12/2022, às 14h00 na sede da companhia na Av. Maria Coelho Aguiar, nº 215, Bloco B, 1º andar e subsolo, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** dispensada a publicação do edital de convocação, tendo em vista a presença da totalidade das acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Sra. Renata Giraldes de Manreza Weigt - Presidente; Renato Murari Pace, Secretário. **4. Ordem do Dia:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar sobre as Demonstrações Financeiras e os Relatórios da Administração da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020 e 31/12/2021, respectivamente e (ii) deliberar sobre a destinação do resultado dos exercícios sociais em referência. **5. Deliberações:** As seguintes deliberações foram tomadas por unanimidade de votos, sem qualquer oposição: **5.1.** Aprovada a lavratura da presente ata em forma de sumário. **5.2.** Aprovada a dispensa da leitura das Demonstrações Financeiras, dos Relatórios da Administração e dos Pareceres dos Auditores Independentes referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020 e 31/12/2021, tendo em vista já serem tais documentos do conhecimento de todas as acionistas. **5.3.** Aprovadas as Contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e os Relatórios da Administração referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020 e 31/12/2021, publicados respectivamente no dia 09/06/2022 no jornal Data Mercantil do Estado de São Paulo, págs. 6 e 7 e no dia 3 de agosto no jornal Data Mercantil do Estado de São Paulo, págs. 6 e 7. **5.4.** Em relação ao exercício encerrado em 31/12/2020, fica consignada a apuração de lucro no valor de R\$ 59.993.751,47, o qual deverá ser utilizado para absorção de prejuízos acumulados no valor de R\$ 7.645.884,02, resultam num lucro líquido de R\$ 52.347.867,45, de forma que as acionistas aprovam, sem quaisquer ressalvas ou restrições a destinação de 5% desse valor, equivalente a R\$ 2.617.393,37 para reserva legal; R\$ 46.071.934,87 para a criação de uma reserva de lucros fiscais, e o saldo de R\$ 3.658.539,21 é destinado à conta de lucros acumulados existente em razão da incorporação da Rhodia Poliamida e Especialidades S.A. ocorrida em 30/04/2020, no valor de R\$ 249.860.480,17, passando esta a ser de R\$ 253.519.019,38. **5.5.** Considerando as antecipações de lucros aos sócios durante o exercício 2020 decorrentes dos pagamentos de juros sobre o capital próprio no valor total de R\$ 30.383.000,00 e R\$ 200.000.000,00 a título de dividendos intermediários, remanesce portanto o saldo de lucros acumulados no valor de R\$ 23.136.019,38. **5.6.** Em relação ao exercício encerrado em 31/12/2021, considerando a inexistência de qualquer prejuízo acumulado, fica consignada a apuração de lucro líquido no valor de R\$ 1.126.554.960,33, de forma que as acionistas aprovam, sem quaisquer ressalvas ou restrições a destinação de 5% desse valor, equivalente a R\$ 56.327.748,02 para reserva legal; R\$ 23.429.948,59 para a reserva de lucros fiscais e R\$ 1.046.797.263,72 à conta de lucros acumulados existente no valor de R\$ 23.136.019,38, passando esta a ser de R\$ 1.069.933.283,10. Ainda, em razão da constituição de reserva legal relativamente ao período de 2017 a abril de 2020 da Rhodia Poliamida e Especialidades S.A. no valor de R\$ 26.173.000,00, os lucros acumulados totalizam R\$ 1.043.760.283,10. **5.7.** Considerando as antecipações de lucros aos sócios durante o exercício 2021 decorrentes dos pagamentos de juros sobre o capital próprio no valor total de R\$ 51.279.000,00 e R\$ 420.000.000,00 a título de dividendos intermediários, remanesce portanto o saldo de lucros acumulados no valor de R\$ 572.481.283,10 e R\$ 85.118.141,39 de reserva legal. **6. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, a qual foi lida e achada conforme, assinada pela Mesa e pelos acionistas presentes. (ass.) Mesa: Renata Giraldes de Manreza Weigt - Presidente; Renato Murari Pace - Secretário. Acionistas: Rhodia Operations S.A.S., p.p Daniela Rattis Manique, Cristina Guedes Netto de Mello; Rhodianiyl S.A.S., p.p. Daniela Rattis Manique, Cristina Guedes Netto de Mello; Solvay Chemicals and Plastics Holding B.V., p.p Daniela Rattis Manique, Cristina Guedes Netto de Mello; Solvay France S.A., p.p Daniela Rattis Manique, Cristina Guedes Netto de Mello; Rhopart - Participações, Serviços e Comércio Ltda., Daniela Rattis Manique, Cristina Guedes Netto de Mello. JUCESP - Certifico o registro sob o nº 5.530/23-4 em 12/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Negócios

Carrefour e Mercado Livre se unem para ganhar espaço nos supermercados online



Uma penetração ainda baixa e um potencial bilionário de receitas, com alta recorrência de compras. Ao combinar esses elementos, o setor de supermercados online tem despertado, na mesma proporção, o apetite de gigantes do varejo alimentar e de grandes marketplaces.

A associação entre esses dois mundos tem sido, até aqui, o modelo vencedor nessa corrida inicial dos carrinhos virtuais. E esse formato está ganhando mais fôlego com uma nova parceria. O Carrefour Brasil é a mais nova opção na prateleira de supermercados online do Mercado Livre. Com a parceria, o grupo francês, que já tem presença na plataforma, reforça esse pacote com

categorias de alimentos e um tempero adicional: o modelo de fulfillment. Todo o processo – do armazenamento e separação dos itens até as entregas na última milha – estará a cargo do Mercado Livre.

“Essa é a categoria menos madura e, por consequência, a de maior potencial no e-commerce”, afirma Kael Lourenço, diretor de marketplace do Mercado Livre. “Com essa parceria, nós saímos na frente ao conciliar o nosso nível de serviço com o sortimento e a força da marca do Carrefour.”

Diretor sênior de serviços digitais e comerciais do Carrefour Brasil, Alexandre Gyurkovits reforça: “Mesmo entre o cliente nativo digital, ainda não existe uma cultura tão agressiva para produtos alimentares”, diz ele. “O que

estamos fazendo é tentar contribuir para mudar essa cultura.” Até então, o Carrefour marcava presença no Mercado Livre com as categorias de eletroeletrônicos, bazar e têxtil. Ao mesmo tempo, o contrato marca a primeira iniciativa do marketplace sob o conceito de venda geolocalizada na categoria de supermercados. Ou seja, as entregas acontecerão em um raio específico – não revelado – dos centros de distribuição do grupo, começando pelas regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste.

Um dos pontos de partida será o CD em Cajamar (SP), instalado em uma área de 110 mil metros quadrados. Ainda neste ano, as regiões Nordeste e Sul devem ser adicionadas a esse mapa da parceria. NeoFeed

Carnaval deverá movimentar R\$ 8,18 bi no turismo, 26,9% acima de 2022, diz CNC



Com a pandemia de covid-19 para trás, o feriadão do Carnaval, uma das principais datas para o turismo nacional, deverá movimentar R\$ 8,18 bilhões neste ano, conforme estimativa da Divisão de Economia e Inovação da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Se confirmada a projeção, a receita de negócios associados ao turismo, como bares, restaurantes e hotéis, será 26,9% acima da registrada em 2022, em valores já atualizados pela inflação. A forte alta, puxada pela normalização definitiva das atividades afetadas pelas restrições ao contato social

Americanas: bancos tinham suspeitas, mas controles falharam. “Ouvimos mentiras”

Dentre as muitas dúvidas que pairaram sobre o caso Americanas, uma das maiores é como a empresa conseguiu passar anos sendo “inconsistente” na contabilidade sem levantar suspeitas.

Por que os mecanismos de controle, feitos para pegar erros e fraudes, não funcionaram?

Os executivos de bancos credores dizem que havia suspeitas, mas a empresa sempre dava explicações para o que estava fora do padrão.

Na época, essas explicações pareciam suficientes, mas agora ficou claro que “ouvimos uma série de mentiras”, diz um desses executivos.

Os credores disseram haver questionado a empresa, mais de uma vez, sobre o tamanho da exposição de suas instituições na conta que reunia as operações de financiamento a fornecedores na modalidade risco sacado.

Ao menos dois credores disseram ao Brazil Journal que chegaram a ter, cada um, entre 70% e 80% do saldo total de risco sacado em alguns

anos. Essa participação era calculada usando como referência o saldo informado no balanço: sabe-se agora que ele era menor que o real.

“Como era uma participação elevada, perguntávamos o motivo e a empresa dizia que estava priorizando o nosso banco, porque oferecíamos condições melhores, e as operações com outras instituições eram irrelevantes,” diz um executivo.

“Mas na verdade, eles estavam escondendo o tamanho real da conta, que era muito maior, e dando as mesmas explicações para todos os bancos credores,” diz outro executivo, que afirma ter essa explicação falsa por escrito.

Em tese, isso poderia ser checado. Os bancos poderiam ver o tamanho real da dívida da Americanas no Sistema Central de Riscos (SCR), do Banco Central, que reúne todas as operações de crédito feitas por uma empresa – com informações sobre empréstimos vencidos e a vencer, prazos, limites disponíveis e o número de instituições que financiam a companhia. Brazil Journal



impostas pela pandemia, será insuficiente para recuperar o nível de receitas ao registrado em 2020 – ficará 3,3% abaixo. Naquele ano, o Carnaval ocorreu dentro da normalidade, movimentando R\$ 8,47 bilhões, em valores de janeiro deste ano. A covid-19 chegaria ao País logo depois do feriadão.

“O Carnaval é considerado o ‘Natal do turismo’ brasileiro. Nesse sentido, as atividades que o compõem foram severamente impactadas desde a decretação da crise sanitária em meados de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Para o principal evento do calendário turístico brasileiro, as me-

didias restritivas significaram o cancelamento do Carnaval em diversas regiões do País, nos dois últimos anos”, diz um trecho do relatório sobre o levantamento da CNC.

Por causa da pandemia, a receita dos negócios associados ao turismo tombou 43% no Carnaval de 2021, na comparação com 2020. Em 2022, com a vacinação já avançada, houve uma recuperação, mas os R\$ R\$ 6,45 bilhões movimentados ainda estavam 24% abaixo dos valores movimentados em 2020.

Segundo a CNC, o destaque será o segmento de bares e restaurantes, com movimentação esperada de R\$ 3,63 bilhões. Estadão Conteúdo